

## EDUCAÇÃO, PÓS-MODERNIDADE E DEMOCRACIA

*Luís de Araújo*  
*Universidade do Porto*

Hoje é um lugar comum afirmar o fracasso da educação. São variados os motivos deste fracasso. Talvez seja devido, em grande parte, à ausência ou escassez de uma reflexão filosófica, ética e global acerca desse fenómeno. Estamos numa hora de simples receitas técnicas, dissociadas de um pensar aprofundado que, porém, se não confunda com sonhos de um outro mundo, nem com qualquer espécie de sermão pessimista e demasiado moralista.

Em termos decisivos importa considerar que a reflexão sobre a acção educativa não evite as incontornáveis opções acerca do tipo de ser humano a formar e, por consequência, o modelo de sociedade a promover. Nesta ordem de ideias, quero submeter á vossa apreciação uma proposta de legitimação da salvaguarda de uma exigente dimensão ética na educação, que além de contribuir para a formação integral da pessoa, visa propiciar a convivência numa sociedade plural, mantendo e aprofundando a Democracia, porque não será possível uma autêntica Democracia sem uma cidadania bem assumida e esta não brota espontaneamente, pois somente resultará da maturidade moral, impossível sem uma educação plenamente humanista.

Um pensar ético da educação requer, antes de tudo, uma vigilância perante as instâncias ideológicas, por vezes, intencionalmente perpretadas em apresentar a mentira e a injustiça subtil e sedutoramente como um discurso verdadeiro e justo. Sim a uma educação aureolada pela Tolerância; não, se fundada na complacência. Sim a uma exigência de radicalidade nos juízos; não a essa espécie de corrupção do interior das personalidades que deriva de uma acção educativa acomodada a um permanente pacto com a neutralidade que sempre conduzirá a um desolador laxismo que, sem margem para dúvida, provoca arbitrariedades, caprichismos, sinais de irracionalidade e acriticismo, bem presentes na realidade quotidianamente vivida. Em consequência disto, uma das principais tarefas da Filosofia da Educação consiste em debruçar-se sobre os fins e os valores da educação, sem qualquer espécie de subordinação às ciências da educação, porém sem as subalternizar, mas abrindo-se a um questionamento de índole filosófico prioritariamente voltado para as questões que afectam a vida humana como vida em sociedade. E porque nem todas as opiniões são igualmente

respeitáveis não acompanhamos o pensamento débil da chamada pós-modernidade na sua intenção de nos libertar de deveres e também da busca de um fundamento racional para exigências normativas indispensáveis para a construção de sociedades onde o pluralismo não provoque a indiferença moral visto que se compatibiliza com mínimos morais susceptíveis de legitimar acordos intersubjectivos em torno do que é moralmente correcto, mormente no campo da educação. Aqui, penso chegada a hora de combater, decisivamente, em prol de uma cultura de índole personalista e, por consequência, transmissora da importância de participação responsável e solidária contra uma educação que acolhe e consente uma cultura de individualismo que se reclama do “direito à diferença” gerador, em última instância, de alguma apatia social.

Com efeito, educar não só não pode assumir-se como uma relativista e até insípida transmissão de conhecimentos, como também não deverá encorajar a contemplar a vida através de convicções assépticas do ponto de vista axiológico. Está em causa a formação de pessoas, por isso aqui radica o imperioso dever, irrenunciável para quem defenda os ideais democráticos de evitar que aquelas convicções conduzam a dogmatismos e a intolerâncias ou, no mínimo, a um indiferentismo moral que acentuará a autodestruição da sociedade pluralista. Nesta perspectiva, pensamos que o fim da intervenção educativa reside na formação de seres humanos críticos, por consequência, cultos, lúcidos e livres, não apenas profissionalmente competentes, mas igualmente vocacionados a inculcar dimensão ética no seu trabalho, logo marcados por uma ideia responsável de Humanismo. Todavia, o cumprimento desta vocação radical só poderá efectuar-se se no ensino da sua área de saber, por especializada e operativa que seja, cada educador assumir plenamente aquele sentido prometeico e faústico matriz europeia por excelência que poderá estimular o rumo para uma autêntica civilização da Dignidade.

Evoquemos a este propósito, um pensamento de um genial universitário e grande europeu como foi Ortega y Gasset. Para ele, a cultura “é o sistema de ideias vivas que cada tempo possui. Melhor: o sistema de ideias a partir das quais um tempo vive”.<sup>1</sup> Por essa razão, “é ela o plano da vida, a guia dos caminhos ao longo da selva da existência”.<sup>2</sup> Com efeito, a cultura é uma necessidade iniludível e constitutiva da vida humana; identificada com a cultura, não caberá à Escola, universitária ou qualquer outra, traçar os rumos para a plena construção de uma sociedade moral? Decerto que sim, mormente naquela perspectiva em que transmitir cultura mais não é do que ensinar valores íntegros para o tempo presente, mediante o exercício de uma força tranquila, que é a força da Razão. Na entrega a esta causa reside o que poderíamos chamar ‘ética educativa’, manifestamente norteada por uma ideia de Humanismo onde a criação dinâmica do saber quer dirigir-se à sociedade que a rodeia, não apenas na ordem da transmissão de saberes, mas também no sentido de levar a sociedade a novas situações, isto é, visando transformar a sociedade.

Seguramente o que determina a singularidade da vocação e importância da acção educativa, para que não se reduza a uma simples peça na engrenagem de uma economia de mer-

cado, é, sem tergiversações, a afirmação permanente da dimensão cultural e ética do Desenvolvimento, mediante o mais elevado grau de saber e de preparação profissional, susceptível de um diálogo prospectivo com a realidade e consciente de que só a Cultura salva a vida humana de ser mero fracasso, de permanecer um contínuo caos, à deriva.

A educação é inexoravelmente normativa. A educação não pode ser neutral relativamente aos valores. Aliás, há que pensar que se tal acontecer, constitui também uma formação: uma formação negativa, na desorientação, na dúvida, na confusão e na perplexidade. A educação é sempre uma tomada de consciência de opções e por este motivo, o processo educativo é responsável pelo futuro da comunidade humana; daqui a responsabilidade pública do educador, ainda que o resultado da sua acção não dependa sempre inteiramente dele, restando-lhe, como Kant dizia, a satisfação de ter actuado como devia.

Mas agora devo perguntar-me: quem educa o educador? Donde vem a sua legitimidade? Valerá a pena educar a um constante ritmo de valores éticos?

Tema vasto, mas, considerando os limites definidos para esta comunicação e sem cair em receitas nem fórmulas penso essencialmente que não há respostas fáceis para aquelas questões, no âmbito de uma sociedade pluralista, visto que aqui são várias as instâncias que com alguma legitimidade emitem opiniões acerca do que podemos designar por verdade moral. Com efeito, igrejas, políticos e intelectuais surgem, por vezes em profunda discrepância, a intervirem quase sempre com honestidade e honradez, nesse processo cultural de moralização. Intervenções que, em princípio, não visam a uniformidade, já que, sendo de índole democrática, não pretendem abolir as diferenças, embora possam aparecer incompatíveis entre si. Neste contexto, entendemos que nada poderá substituir a busca de argumentos racionais num debate aberto e, por consequência, pluralista; esta será a via para uma certa convergência entre as diferenças legítimas. Por outro lado, a elaboração das perspectivas que os educadores apresentam terá de fazer-se sob o signo do saber das Humanidades e do conhecimento histórico da aventura humana, com o objectivo de perpetuar uma cultura humanista, a única capaz de instaurar justiça social. Claro que tudo isto exige fortes convicções racionais na recusa de um permanente discurso da crise, marcado pelo amoralismo, incerteza de tudo e negatividade absoluta de que nos falou Maurice Blanchot a propósito da hora actual. Daí pensarmos que aquilo que importa não é reflectir melancolicamente na “desintegração das grandes narrativas da Modernidade” de acordo com a tese catastrofista de Jean-François Lyotard, mas sim assumir, numa atitude de plena abertura ao futuro que, à partida, define toda a acção ética, a ideia de que a legitimação do que é justo e bom, não pode resultar dos caprichos do inconformismo, antidogmático e heterodoxo, mas sim de uma racionalidade que parta de um sempre insatisfeito e insaciável dever de comunicação intersubjectiva que, perante o pluralismo moral contemporâneo, não hesita em propor, como nos lembrou José Luís Aranguren, uma “ética cívica” que no âmbito político corresponderá a uma democracia plena e na área da educação se traduz no esforço de socialização ao ritmo de uma visão da vida não-

violenta e, portanto, num compromisso permanente em prol da autonomia, da justiça e da solidariedade, isto é, ensinar a viver bem.

A ética na educação é tarefa essencial, tarefa dotada de perenidade dada a intenção paideutica ou formativa do ser humano que a define fundamentalmente. A mutabilidade dos ideais pedagógicos em nada altera a finalidade da educação que permanece voltada para a estruturação da personalidade; daí que a instrução deva estar subordinada à educação, isto é, obediente a uma preocupação que exige o respeito pelo ser humano em formação; ora isto equivale a afirmar, sem ambiguidade, a missão humanizante da instrução – manifesta consciência da responsabilidade, propósito orientador de uma acção de valorização do humano, a um tempo, formação do carácter e comunicação de saber, com vista a uma cidadania moral, alicerce firme de uma civilização *outra*, um mundo onde não hajam “nem vítimas, nem carrascos” como quis Albert Camus, em memória de quem dedico esta comunicação.

É neste sentido que entendemos a responsabilidade moral da Filosofia da Educação, a sua vocação para um combate pelo aperfeiçoamento da realidade humana, estimulando o aprofundamento das razões da Democracia, visto ser o modelo ético-político que possibilita e favorece o máximo desenvolvimento de todos os seres humanos. Não é outro o convite que, de Platão a John Dewey, a reflexão filosófica sobre a educação nos quer transmitir para a construção de um mundo onde os seres humanos se assumam como pessoas críticas e responsáveis e, em consequência, o sentido da história da Humanidade decisivamente se traduza num movimento contínuo em prol da emancipação humana.

Tais são algumas das questões que a crise de valores e da educação colocam à reflexão ética enquanto área significativa da Filosofia da Educação.

## Notas

1- GASSET, José Ortega, “Misión de la Universidad, em *Obras Completas*, Tomo IV, Madrid, Edit. Revista de Occidente, 1962, p. 341.

2- *Ibidem*, p. 343.